

LEI Nº 2652/2018

DATA:

17 de dezembro de 2018

SÚMULA: Promove alterações na Lei nº 2036/2014, de 16 de

setembro de 2014, e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE

SINOP ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1°. Esta Lei promove alterações na Lei nº 2036/2014, de 16 de setembro de 2014, que instituiu a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Sinop – AGER Sinop.

Art. 2°. O artigo 4B e o inciso I do artigo 44 do CAPÍTULO I DA TAXA DE REGULAÇÃO - TR, da Lei nº 2036/2014 passam a vigorar com a seguinte redação, conforme segue:

"Art. 43. A base de cálculo da TR será a arrecadação mensal da concessionária, a que se referem os incisos I e II do art. 32 da Lei Complementar nº 098/2013, assim entendida como o valor bruto efetivamente arrecadado pela concessionária em cada mês de regulação, em razão da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único, Entende-se por valor efetivamente arrecadado, o saldo havido de subtração realizada entre o "valor faturado" e os "tributos".

Art. 44. A alíquota da Taxa de Regulação – TR será de:

I – para os serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na razão de 2% (dois por cento) a partir da publicação da presente Lei;

II - (...);

III - (...).".

Art. 3°. O artigo 50 e o inciso I do art. 51 do CAPÍTULO II DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO - TF, da Lei nº 2036/2014 passam a vigorar com a seguinte redação, conforme segue:

"Art. 50. A base de cálculo da TF será a arrecadação mensal da concessionária a que se referem os incisos I e II do art. 32 da Lei Complementar nº 98/2013, assim entendida como o valor bruto efetivamente arrecadado pela concessionária em cada mês de fiscalização, em razão da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Entende-se por valor efetivamente Parágrafo único. arrecadado, o saldo havido de subtração realizada entre o "valor faturado" e os "tributos".



Art. 51. A alíquota da Taxa de Fiscalização – TF será de:

I – para os serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento
Sanitário na razão de 2% (dois por cento) a partir da publicação da presente Lei;

II - (...);

III - (...).".

Art. 4°. Esta Lei entra em vigora na data de sua publicação.

Art. 5°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. Em. 17 de dezembro de 2018.

ROSANA MARTINELLI Prefeita Municipal